

# UEM discute diminuição de ruídos na Cidade

20 de maio de 2025



A Universidade Estadual de Maringá (UEM) sediou na última sexta-feira uma audiência pública para discutir maneiras de reduzir os ruídos urbanos na Cidade. O evento, promovido pelo Departamento de Engenharia Civil (DEC), teve como objetivo contribuir com o Projeto de Lei 600/2024, de autoria do deputado estadual Goura, que propõe mudanças na forma como o barulho é regulamentado em todo o estado do Paraná.

A audiência reuniu especialistas, representantes do poder público, professores e membros da comunidade acadêmica para debater soluções para um problema urbano crescente, porém muitas vezes ignorado: a poluição sonora.

Durante a audiência, o especialista Krisdany Cavalcante, da Sociedade Brasileira de Acústica (Sobrac), participou de forma remota e fez uma apresentação sobre a legislação vigente relacionada à poluição sonora no Brasil.

Segundo ele, o País ainda carece de uma legislação federal mais rígida e atualizada, o que acaba deixando os municípios com a responsabilidade de elaborar regras próprias, frequentemente inconsistentes ou ineficazes.

Cavalcante destacou a necessidade de harmonizar os parâmetros legais com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), de modo a proteger a saúde da população e garantir maior qualidade de vida nas cidades.

Ao final do encontro, os professores da UEM apresentaram propostas concretas para enfrentar o problema dos ruídos urbanos. Entre as principais sugestões estão o controle mais rigoroso sobre carburadores de motocicletas, a adoção de meios de transporte mais silenciosos, como veículos elétricos e ciclovias, e a criação de áreas de conforto urbano, que funcionariam como zonas de descanso acústico em meio ao ambiente urbano.

Também foi enfatizada a importância da educação e da conscientização da população sobre os impactos negativos da poluição sonora na saúde física e mental. O reitor da UEM, Leandro Vanalli, destacou que reduzir os ruídos urbanos é um investimento em saúde e qualidade de vida, defendendo um planejamento urbano inteligente e tecnologias mais silenciosas. Já a professora Aline Lisot, da Sociedade Brasileira de Acústica, avaliou a audiência como produtiva e ressaltou a importância da participação cidadã na formulação de políticas públicas para combater um problema muitas vezes invisível, como o ruído.

O PL 600/2024 propõe princípios como eficiência acústica, sustentabilidade sonora e responsabilidade dos municípios na gestão da poluição sonora, com ações baseadas em padrões da OMS.

Da Redação

Foto – UEM

COMPARTILHE:

---

---

